

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09
1 CONTEXTO OPERACIONAL	10
2 SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	13
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
6 INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	15
7 CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	16
8 PARTES RELACIONADAS	17
9 IMOBILIZADO	19
10 EMPRÉSTIMOS , FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	21
11 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	23
12 DIVIDENDOS DECLARADOS	23
13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
14 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26
15 CUSTOS DOS GERENCIÁVEIS	26
16 RESULTADO FINANCEIRO	27
17 RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
18 CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	27
19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS	32
20 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	38
21 EVENTOS SUBSEQUENTES	39

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

À Diretoria da
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', is positioned above the printed name.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	26.659	24.777	Fornecedores		7.147	7.044
Investimentos temporários	7.3	19.540	57.408	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	17.400	16.730
Concessionárias e permissionárias	5	14.828	12.052	Tributos a recolher		7.307	10.010
Tributos compensáveis		8.183	10.589	Dividendos declarados	9	6.665	4.412
Despesas pagas antecipadamente		8	-	Encargos setoriais		1.264	779
Outros ativos circulantes		2.239	1.338	Outros passivos circulantes		3.145	1.242
Total do ativo circulante		71.457	106.164	Total do passivo circulante		42.928	40.217
				Não Circulante			
Não circulante				Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	399.287	411.291
Investimentos temporários	7.3	10.648	9.663	Tributos a recolher		29	29
Tributos compensáveis		20	433	Outros passivos não circulantes		1.651	1.651
Imobilizado	6.1	484.944	498.632	Total do passivo não circulante		400.967	412.971
Intangível	6.2	10.389	10.444	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		506.001	519.172	Capital social	10	89.257	89.257
				Reservas de lucro	10	44.306	82.891
				Total do patrimônio líquido		133.563	172.148
Total do ativo		577.458	625.336	Total do passivo e patrimônio líquido		577.458	625.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	11	130.844	121.615
Transmissão de energia elétrica		130.844	121.615
Outras receitas		-	-
Tributos	11	(11.330)	(10.842)
PIS-PASEP		(2.039)	(1.947)
COFINS		(9.291)	(8.895)
ICMS		-	-
Encargos - Parcela "A"	11	(1.622)	(1.636)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.178)	(1.092)
Taxa de fiscalização		(444)	(544)
Receita líquida / Ingresso líquido		117.892	109.137
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	12	(20.324)	(18.406)
Pessoal e administradores		(2.781)	(2.256)
Material		(179)	(126)
Serviços de terceiros		(2.391)	(2.496)
Arrendamento e aluguéis		(73)	(5)
Depreciação e amortização		(14.725)	(13.377)
Outros		(175)	(146)
Resultado da Atividade		97.568	90.731
Resultado Financeiro		(28.719)	(34.703)
Receitas financeiras		9.501	6.942
Despesas financeiras		(38.220)	(41.645)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		68.849	56.028
Despesa com impostos sobre o lucro		(5.873)	(3.715)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.873)	(3.715)
Lucro líquido do exercício		62.976	52.313
Lucro por ação			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,70556	0,58609
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,70556	0,58609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	<u>62.976</u>	<u>52.313</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>62.976</u>	<u><u>52.313</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		89.257	41.795	-	131.052
Lucro do exercício				52.313	52.313
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	(6.805)	-	(6.805)
Destinação do lucro:					
Reserva de incentivo fiscal	10.2 (b)	-	14.717	(14.717)	-
Constituição de reserva legal	10.2 (a)	-	3.289	(3.289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(625)	(625)
Dividendos adicionais propostos	10.2 (c)	-	36.678	(36.678)	-
Realização da reservas		-	(3.787)	-	(3.787)
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2 (d)	-	(2.996)	2.996	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		89.257	82.891	-	172.148
Lucro do exercício				62.976	62.976
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(57.663)	-	(57.663)
Destinação do lucro:					
Reserva de incentivo fiscal	10.2 (b)	-	17.083	(17.083)	-
Constituição de reserva legal	10.2 (a)	-	550	(550)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(662)	(662)
Dividendos intermediários distribuídos		-	-	(37.233)	(37.233)
Dividendos adicionais propostos	10.2 (c)	-	30.637	(30.637)	-
Realização da reservas		-	(6.003)	-	(6.003)
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2 (d)	-	(23.189)	23.189	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.257	44.306	-	133.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	62.976	52.313
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	14.726	13.377
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	32.731	38.974
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.962)	(7.269)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	5.873	-
	106.344	97.395
Variações nas contas do ativo e passivos circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	(2.776)	(135)
Tributos compensáveis	295	-
Despesas pagas antecipadamente	(8)	-
Outras ativos	(901)	-
Fornecedores	103	512
Encargos setoriais	485	357
Tributos a recolher	51	(1.026)
Dividendos	-	(6.808)
Outros passivos	1.904	(522)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(847)	(7.622)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(29.331)	(48.270)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.103)	(48.270)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	70.063	41.503
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	(983)	(337)
Aplicação financeira	46.845	2.698
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investime	45.862	2.361
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	22.897
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(14.734)	(42.143)
Dividendos pagos	(99.309)	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(114.043)	(19.246)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	1.882	24.618
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.777	159
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.659	24.777
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.882	24.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 5 SPE S.A. (“Outorgada”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Outorgada tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: Linha de Transmissão (LT) Igarapã III - Janaúba 3, segundo circuito, em 500^(*) kV, circuito simples, com extensão aproximada de 257 ^(*) quilômetros, com origem na Subestação Igarapã III e término na Subestação Janaúba 3.

(*) Informação não auditada

1.1 Contrato de concessão

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 013/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério do poder concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1600/2020, com validade até 17 de dezembro de 2030, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 15 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 29 de abril de 2024.

4 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias emitidas em 25 de março de 2024, apresentadas na nota explicativa nº 4, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Concessionárias e permissionárias

Os saldos de comissionarias e permissionárias em 31 de dezembro de 2023 são:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente a vencida				Total 2023	Total 2022
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	12.397	902	443	181	905	14.828	12.052
Total	12.397	902	443	181	905	14.828	12.052

A Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	511.889	-	-	-	511.889	-	(33.552)	478.337	493.008
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.360	-	-	-	2.360	-	(139)	2.221	2.300
Máquinas e Equipamentos	509.265	-	-	-	509.265	-	(33.369)	475.896	490.450
Veículos	264	-	-	-	264	-	(44)	220	258
Subtotal	511.889	-	-	-	511.889	-	(33.552)	478.337	493.008

Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferências (B)	Outros (C)*	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	5.624	5.301	-	(4.318)	6.607	5.301	-	6.607	5.624
Máquinas e Equipamentos	952	5.253	373	-	6.578	5.626	-	6.578	952
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	(1)	-	-	-	(1)	-	-	(1)	(1)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	4.673	48	(373)	(4.318)	30	(4.643)	-	30	4.673
Subtotal	5.624	5.301	-	(4.318)	6.607	983	-	6.607	5.624
Total do Ativo Imobilizado	517.513	5.301	-	(4.318)	518.496	983	(33.552)	484.944	498.632

* Valor de R\$ 4.318 reclassificado para a conta de almoxarifado operacional

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

		2023		2022	
Ativo imobilizado em Curso	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,96%	511.889	(33.552)	478.337	493.008
Custo Histórico		511.889	(33.552)	478.337	493.008
Em curso		6.607	-	6.607	5.624
Custo Histórico		6.607		6.607	5.624
Total		518.496	(33.552)	484.944	498.632

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / equipamentos	Total
Máquinas e equipamentos	5.253	5.253
Adiantamentos a fornecedores	48	48
Total das adições	5.301	5.301

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,30%
Estrutura Geral	2,88%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para o exercício de 2023, não houveram adições nem baixas ao imobilizado em serviço .

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	10.699	10.699	(372)	10.327	10.382
Serviços	9.048	9.048	-	9.048	9.048
Outros	1.651	1.651	(372)	1.279	1.334
Subtotal	10.699	10.699	(372)	10.327	10.382
-					
Ativo Intangível em Curso					
Transmissão	23	23	-	23	23
Softwares	-	-	-	-	-
Outros	23	23	-	23	23
Administração	39	39	-	39	39
Softwares	39	39	-	39	39
Subtotal	62	62	-	62	62
Total do Ativo Intangível	10.761	10.761	(372)	10.389	10.444

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1 Abertura do endividamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adim- plente?	Data Captação / Repactua ção	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortiza ção	Vencim ento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.018	15.382	399.287	416.687	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	1.199	14.843	319.605	335.647	SIM	fev-19	Recebíveis	IPCA	2,57%	15/01/24	Mensal	15/01/24	17/01/39	Mensal	SAC
Debêntures	819	855	84.176	85.850	SIM	abr-19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	17/04/24	Semestral	17/04/24	15/04/39	Semestral	SAC
(-) Custo de captação	-	(119)	(1.682)	(1.801)	SIM	dez-20	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	17/01/39	Mensal	Não aplicável
(-) Custo de captação Debentures	-	(197)	(2.812)	(3.009)	SIM	abr-19	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	15/04/39	Mensal	Não aplicável

7.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	17.448	19.128	20.445	21.376	22.579	298.311	399.287
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	16.054	16.879	17.342	17.419	17.766	234.145	319.605
Debêntures	1.709	2.564	3.418	4.273	5.128	67.084	84.176
(-) Custo de captação	(119)	(119)	(119)	(119)	(119)	(1.087)	(1.682)
(-) Custo de Captação Debentures	(196)	(196)	(196)	(197)	(196)	(1.831)	(2.812)

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
Ativos Financeiros		46.199	10.648	56.847	91.848
Caixa e aplicações financeiras					-
Saldo final de caixa - Conta 111	-	9	-	9	13
Aplicação financeira CDB	-	26.650	-	26.650	24.764
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	-	26.659	-	26.659	24.777
Aplicação financeira Fundos DI	-	19.540	-	19.540	57.408
Aplicação financeira - Recursos vinculados	-	-	10.648	10.648	9.663
Investimentos temporários - subtotal	-	19.540	10.648	30.188	67.071

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
(+) Dívida Bruta	2.018	15.382	399.287	416.687	428.021
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.199	14.723	317.923	333.845	348.730
Debêntures Moeda Nacional	819	659	81.364	82.842	79.291
(-) Ativos Financeiros	-	(46.199)	(10.648)	(56.847)	(88.848)
Alta Liquidez	-	(46.199)	(10.648)	(56.847)	(88.848)
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)					-
(+) Dívida Líquida I	2.018	(30.817)	388.639	359.840	339.173

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Outorgada, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos), com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro 2023; e
- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants

Dívida líquida/EBITDA Outorgada: $\leq 4,5$

Dívida líquida/EBITDA Fiadora: $\leq 5,0$

Debêntures

3,2

4,7

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

8 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 1.002 (R\$ 927 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

8.1 Cíveis

A Outorgada figura como ré em 3 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (3 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à servidão de passagem e irregularidade registral.

Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 8001074-29.2020.8.05.0036, de servidão de passagem no montante de R\$ 932 (R\$ 863 em 31 de dezembro 2022).

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos e da reserva legal deverá ser calculado tomando por base o resultado societário.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (societário)	83.857	80.503
(-) Reserva legal	(550)	(3.287)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(17.083)	(14.762)
Lucro líquido ajustado	66.224	62.454
Dividendos mínimos obrigatórios	663	625
Realização da Reserva de lucros a realizar – Dividendos mínimos	6.003	3.787
Dividendos intermediários pagos	37.233	
Dividendos adicionais propostos	30.636	57.663
Total dividendos	74.535	62.075

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	6.805
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	625
Dividendos da reserva de lucro a realizar	3.787
Pagamento de dividendos no exercício	(6.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.412
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	57.663
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	663
Dividendos intermediários distribuídos	37.233
Dividendos da reserva de lucro a realizar	6.003
Pagamento de dividendos no exercício	(99.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.665

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Outorgada totalmente integralizado é de R\$ 89.257.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 89.256.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Outorgada.

De acordo com o Estatuto Social, a Outorgada está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva legal	(a)	17.844	17.294
Reserva de incentivos fiscais	(b)	31.800	14.717
Reserva de dividendos adicionais propostos	(c)	30.637	57.663
Proventos excedentes da contabilidade societária	(d)	(35.975)	(6.783)
Total		44.306	82.891

a) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 17.844 (R\$ 17.294 em 31 de dezembro de 2022).

b) Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 31.800 (R\$ 14.717 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

c) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 30.637 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 57.663).

d) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (Generally Accepted Accounting Principles) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é negativo em R\$ 35.975 (negativo em R\$ 6.783 em 31 de dezembro de 2022)

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

11 Receita operacional líquida

	2023	2022
Transmissão de energia elétrica	130.844	121.615
Outras receitas	-	-
Receita operacional bruta	130.844	121.615
Tributos		
PIS	(2.039)	(1.947)
COFINS	(9.291)	(8.895)
	(11.330)	(10.842)
Encargos – Parcela “A”		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.178)	(1.092)
Taxa de fiscalização ANEEL	(444)	(544)
	(1.622)	(1.636)
Receita operacional líquida	117.892	109.137

12 Pessoal e administradores

	2023	2022
Pessoal	(2.449)	(2.035)
Remuneração	(1.417)	(1.808)
Encargos	(655)	(218)
Previdência privada - corrente	(27)	-
Participação no lucros - PLR	(295)	(9)
Outros benefícios - corrente	(55)	-
Administradores	(332)	(221)
Remuneração	(332)	(221)
Total	(2.781)	(2.256)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	68.849	56.029
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(23.409)	(19.050)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	17.083	14.717
Ativo contratual - CPC 47	453	618
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.873)	(3.715)

- (a) A Outorgada obteve em 2021 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

14 Revisão e Reajuste Tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resolução homologatória (REH) emitida pela ANEEL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Outorgada é de R\$ 119.154, homologado pela REH 3.216/2023.

14.2 Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última Revisão Tarifária Periódica (RTP) na Outorgada ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço patrimonial

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		26.659	-	26.659	24.777	-	24.777
Investimentos temporários		19.540	-	19.540	57.408	-	57.408
Concessionárias e permissionárias		14.828	-	14.828	12.052	-	12.052
Tributos compensáveis		8.183	-	8.183	10.589	-	10.589
Ativos de contratos	15.1	-	(131.914)	131.914	-	(124.463)	124.463
Despesas pagas antecipadamente	15.2	8	(28)	36	-	(4.672)	4.672
Outros ativos circulantes		2.239	-	2.239	1.338	-	1.338
Total do ativo circulante		71.457	(131.942)	203.399	106.164	(129.135)	235.299
Não circulante							
Investimentos temporários		10.648	-	10.648	9.663	-	9.663
Tributos compensáveis		20	-	20	433	-	433
Ativo de contratos	15.1	-	(931.031)	931.031	-	(906.274)	906.274
Imobilizado	15.3	484.944	484.944	-	498.632	498.632	-
Intangível	15.4	10.389	9.109	1.280	10.444	9.109	1.335
Total do ativo não circulante		506.001	(436.978)	942.979	519.172	(398.533)	917.705
Total do ativo		577.458	(568.920)	1.146.378	625.336	(527.668)	1.153.004
	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		7.147	-	7.147	7.044	-	7.044
Empréstimos, financiamentos e debêntures		17.400	-	17.400	16.730	-	16.730
Tributos a recolher		7.307	-	7.307	10.010	-	10.010
PIS e COFINS diferidos	15.5	-	(5.071)	5.071	-	(4.469)	4.469
Dividendos declarados		6.665	-	6.665	4.412	-	4.412
Encargos setoriais		1.264	-	1.264	779	-	779
Outros passivos circulantes		3.145	-	3.145	1.242	-	1.242
Total do passivo circulante		42.928	(5.071)	47.999	40.217	(4.469)	44.686
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		399.287	-	399.287	411.291	-	411.291
PIS e COFINS diferidos	15.5	-	(112.398)	112.398	-	(103.902)	103.902
Imposto de renda e contribuições social diferidos	15.5	29	(165.265)	165.294	29	(153.991)	154.020
Outros passivos circulantes		1.651	-	1.651	1.651	-	1.651
Total do passivo não circulante		400.967	(277.663)	678.630	412.971	(257.893)	670.864
Total do passivo		443.895	(282.734)	726.629	453.188	(262.362)	715.550
Patrimônio líquido							
Capital social	16	89.257	-	89.257	89.257	-	89.257
Reservas de lucro		44.306	(286.186)	330.492	82.891	(265.306)	348.197
Total do patrimônio líquido		133.563	(286.186)	419.749	172.148	(265.306)	437.454
Total do passivo e patrimônio líquido		577.458	(568.920)	1.146.378	625.336	(527.668)	1.153.004

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado

		2023			2022		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	15.6	130.844	(32.209)	163.053	121.615	(55.299)	176.914
Transmissão de energia elétrica		130.844	130.844	-	121.615	121.615	-
Receita com O&M		-	(12.732)	12.732	-	(6.186)	6.186
Receita de remuneração de ativos de contratos		-	(150.321)	150.321	-	-	-
Receita de construção		-	-	-	-	(14.000)	14.000
Ativo de contratos - Ganho de realização		-	-	-	-	(156.728)	156.728
Tributos	15.6	(11.330)	9.098	(20.428)	(10.842)	10.220	(21.062)
PIS-PASEP		(2.039)	1.604	(3.643)	(1.947)	1.810	(3.757)
Cofins		(9.291)	7.494	(16.785)	(8.895)	8.410	(17.305)
Encargos - Parcela "A"		(1.622)	-	(1.622)	(1.636)	-	(1.636)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.178)	-	(1.178)	(1.092)	-	(1.092)
Taxa de fiscalização		(444)	-	(444)	(544)	-	(544)
Receita líquida / Ingresso líquido		117.892	(23.111)	141.003	109.137	(45.079)	154.216
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	-	-	-	14.677	(14.677)
Variações das margens do ativo de contrato		-	-	-	-	14.603	(14.603)
Custo de construção		-	-	-	-	74	(74)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		117.892	(23.111)	141.003	109.137	(30.402)	139.539
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	15.6	(20.324)	(9.044)	(11.280)	(18.406)	(13.118)	(5.288)
Pessoal e administradores		(2.781)	-	(2.781)	(2.256)	-	(2.256)
Material		(179)	-	(179)	(126)	-	(126)
Serviços de terceiros		(2.391)	5.626	(8.017)	(2.496)	213	(2.709)
Arrendamento e aluguéis		(73)	-	(73)	(5)	-	(5)
Depreciação e amortização	15.3.1	(14.725)	(14.670)	(55)	(13.377)	(13.331)	(46)
Outros		(175)	-	(175)	(146)	-	(146)
Resultado da Atividade		97.568	(32.155)	129.723	90.731	(43.520)	134.251
Resultado Financeiro		(28.719)	-	(28.719)	(34.703)	-	(34.703)
Despesas financeiras		9.501	-	9.501	(41.645)	-	(41.645)
Receitas financeiras		(38.220)	-	(38.220)	6.942	-	6.942
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	15.6	68.849	(32.155)	101.004	56.028	(43.520)	99.548
Despesa com impostos sobre o lucro		(5.873)	11.274	(17.147)	(3.715)	15.330	(19.045)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		62.976	(20.881)	83.857	52.313	(28.190)	80.503
Resultado líquido do exercício	17	62.976	(20.881)	83.857	52.313	(28.190)	80.503
Lucro por ação							
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,70556	-	0,93950	0,58609	-	0,90192
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias - R\$		0,70556	-	0,93950	0,58609	-	0,90192

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

15.1 Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.062.945 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.030.737 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público,

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

15.2 Despesas pagas antecipadamente

O ajuste das despesas pagas antecipadamente é de R\$ 28 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.672 em 31 de dezembro de 2022). As despesas pagas antecipadamente são efetuados para a construção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória os mesmos são classificados no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, os adiantamentos ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estes irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que os adiantamentos são baixados, gerado essa diferença entre os balanços.

15.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 484.944 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 498.632 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

15.3.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizados no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

15.4 Intangível

O ajuste de R\$ 9.109 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 9.109 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Companhia aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

15.5 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 165.265 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 153.991 em 2022) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 117.469 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 108.371 em 2022), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

15.6 Receita e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente , e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos conforme contabilidade societária	419.749	437.454
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato da concessão (CPC 47 / ICPC 01) (a)	<u>(286.186)</u>	<u>(265.306)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>133.563</u>	<u>172.148</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos conforme contabilidade societária	83.857	80.503
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato da concessão (CPC 47 / ICPC 01)	<u>(20.881)</u>	<u>(28.190)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício - Regulatório	<u>62.976</u>	<u>52.313</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2022 e

Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

2021, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

18 Eventos Subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 30.637, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF